

## **SUB-PROGRAMA 10**

### **MORFOLOGIA FLUVIAL – Traçado Natural dos Leitões dos Rios**

Este Sub-Programa tem por objetivo, acima de tudo, dar vazão ao consenso obtido no interior do Comitê acerca do tema de 'Retificações de Cursos de Água'.

#### **Ação 20- Controle de Retificações de Cursos de Água**

A ação 'Controle de Retificações de Cursos de Água' tem por objetivo maior, diferentemente do que sua denominação permite concluir, esclarecer a postura do Comitê em relação ao tema 'retificação de cursos de água'. Seu detalhamento está apresentado a seguir. Conforme hierarquização das ações, realizada pelo Comitê, esta ação possui grau de 7ª ordem.

##### **1.Caracterização**

Esta ação pode ser vista sob dois prismas distintos. Em primeiro lugar, diz respeito às retificações já efetuadas e, em segundo, às novas intervenções que porventura se queiram executar nos cursos de água da Sub-Bacia do Rio Pardinho.

Com relação às primeiras retificações, alguns trechos de rios da Sub-Bacia em análise foram objeto de intervenções voltadas à correção de problemas pontuais, como é o caso da porção final do Arroio Andréas, a montante de Santa Cruz do Sul e o próprio Rio Pardinho, na sua intersecção com a RS-409. No entanto, muitas vezes a efetividade dessas intervenções é posta em dúvida por diferentes atores da Bacia, gestores regionais e a própria sociedade. Diante disso, freqüentemente surgem discussões no sentido de reverter situações já estabelecidas, como é o caso, por exemplo, da própria retificação do Arroio Andréas, lembrando que esta tem sido apontada como uma provável causa do incremento dos efeitos das enchentes na área urbana de Santa Cruz do Sul. Apesar disto, diante do conjunto de ações emergenciais necessárias à manutenção e melhoria da qualidade ambiental da Bacia e seus respectivos desafios, a reversão dos passivos de retificação, é considerada menos prioritária. É consenso entre os técnicos envolvidos com o tema que retificações em cursos de água são intervenções cujos efeitos muitas vezes são difíceis de avaliar de forma conveniente, haja vista a multiplicidade de fatores que influenciam em sua efetividade. Efetividade esta que facilmente pode ser ofuscada por adversidades que variam no tempo e no espaço na respectiva Sub-Bacia. Requer-se um rigoroso planejamento e programa de monitoramento. Justamente devido a estes aspectos, a posição do Comitê é claramente contrária ao desenvolvimento de novas retificações.

Existe a possibilidade de que ocorram retificações clandestinas, sem o aval e acompanhamento do poder público. Além do rechaço por parte da sociedade, o

alerta deve ser sucedido de imediato pelo encaminhamento e intervenção dos órgãos ambientais competentes e Ministério Público, junto aos quais acontecerão os procedimentos legais cabíveis como punição, licenciamento, etc.

Além de incluir esta noção nos materiais de divulgação ambiental, deve-se realizar um diagnóstico remoto anual através de imagens orbitais com visitas a campo em pontos considerados duvidosos (onde porventura se detecte algum tipo de mudança de traçado em curso de água com causas distintas das naturais). Tanto a vistoria remota quanto as visitas, quando de sua necessidade, são formas de operacionalizar um monitoramento mínimo a respeito de eventuais retificações clandestinas e alertas imediatos. As imagens obtidas deverão ser do período em observação e a análise se baseará em simples comparação com imagens anteriores. Supõe-se que ditas imagens deverão ser destinadas para fins diversos já que não se justificaria adquirir imagens somente para fins de monitoramento de retificações.

## **2. Abrangência/Ocorrência Espacial**

Conforme comentado no item de caracterização da ação, a resolução do Comitê é de não permitir novas intervenções do tipo 'retificação'. Já a vistoria remota ocorrerá em toda a Sub-Bacia com visitas somente nos pontos duvidosos conforme mencionado acima. As retificações já realizadas até o presente momento são consideradas passivos ambientais, sujeitos apenas a monitoramento visual para compreensão de suas relações de causa e efeito.

## **3. Atores Intervenientes e Atribuições**

Atores como Prefeituras Municipais, Autarquias como DAER e CORSAN - principais gerentes de retificações - devem estar cientes dos riscos de se realizar novas retificações e, da resolução do Comitê em não admitir novas intervenções deste tipo. Sendo assim, devem se tornar parceiros diretos na fiscalização e monitoramento dos cursos de água naturais na Bacia, bem como encaminhar as denúncias aos canais competentes. Vale lembrar que este tema deve ser parte das campanhas de educação ambiental e capacitação a serem desenvolvidos na Sub-Bacia. O Comitê Pardo, portanto terá um papel de liderança na difusão desta noção perante a sociedade como um todo.

A vistoria remota deverá ser desenvolvida por técnicos da UNISC em convênio com o Comitê de Bacia. As visitas a campo, quando necessárias deverão ser realizadas pelos mesmos técnicos, de preferência acompanhados por integrantes do Comitê e representantes dos órgãos ambientais municipais.

## **4. Cronograma de Implantação/Implementação**

Este Sub-Programa inclui uma (1) vistoria remota anual, com possibilidade de visita a campo, ao longo dos primeiros quatro (4) anos.

## **5. Orçamento Preliminar**

O custeio desta ação deverá ser embutido junto às demais ações pretendidas na Sub-Bacia, visto que muitas delas incluem vistorias a campo e aquisição de imagens, e, portanto, poderão, concomitantemente, compreender esforços para incorporar o monitoramento das retificações. No entanto, na falta de tal sinergia, estima-se que cada vistoria tenha um custo aproximado de R\$ 4.000,00.

## **6. Resultados Esperados**

Como resultados diretos da ação citam-se as avaliações anuais em forma de relatório simplificados e o controle da manutenção do traçado natural dos cursos de água na Sub-Bacia do Rio Pardinho.

## **7. Formas de Monitoramento/Acompanhamento**

A utilização de técnicas remotas de visualização de retificações ao longo de toda a Sub-Bacia do Rio Pardinho é um importante instrumento para controle e monitoramento. Entretanto, pouco alcance possui na prevenção direta de intervenções deste tipo, o que somente ocorrerá a partir de uma sensibilização geral da sociedade e controle social sobre os cursos naturais. É a população quem está definitivamente em contato com os cursos de água e devem ser eles os principais informantes. Esta informação deverá chegar ao Comitê a tempo suficiente para tomar as devidas precauções. Deve-se garantir que o tema seja abordado nas ações de educação ambiental e capacitação.

## **8. Obstáculos e Dificuldades**

Por ser um tema que suscita uma certa divisão de opiniões, como foi possível observar inclusive no âmbito do Comitê de Bacia, é importante que haja um esclarecimento geral por parte de todos atores envolvidos; o consenso se faz necessário para que se possa difundir a noção em forma de conteúdo nos diversos momentos de capacitação e comunicação.